

**INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ÁREAS ACADÊMICAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DANIELA DE SOUSA GOMES

EJA e conscientização política: alguns princípios da educação popular.

Formosa/GO

2022



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Daniela de Sousa Gomes

Matrícula: 20182070110131

Título do Trabalho: EJA e conscientização política: alguns princípios da educação popular.

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ _____) Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Formosa/GO
Local

29/07/2022.
Data

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

DANIELA DE SOUSA GOMES

EJA e conscientização política: alguns princípios da educação popular.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Áreas Acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Formosa, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Me. Oberdan Quintino de Ataídes.

Formosa/GO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G633e

Gomes, Daniela de Sousa

EJA e conscientização política: alguns princípios da educação popular / Daniela de Sousa

Gomes - 2022.

44 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Me. Oberdan Quintino de Ataídes.

TCC (graduação) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Formosa, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Educação política. 3. Educação popular. I. Ataídes, Oberdan Quintino de. II. Título. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

CDD: 370.115

Bibliotecária: Camila da Glória de Souza CRB1-DF nº 2626



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS FORMOSA

GOMES, Daniela de Sousa. **EJA e conscientização política**: alguns princípios da educação popular. 2022. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Ciências Sociais – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Formosa, 2022.

Aprovado em: **19 de Julho de 2022.**

Banca Examinadora

Prof. Me. Daniel Sejour Araújo - Instituição: IFG - Câmpus Formosa.

Julgamento: Aprovada

Profa. Ma. Marilene Antônia dos Santos Muniz - Instituição: IFG - Câmpus Formosa

Julgamento: Aprovada

Prof. Me. Oberdan Quintino de Ataides - Instituição: IFG - Câmpus Formosa.

(Orientador)

Julgamento : Aprovada

Documento assinado eletronicamente por:

- Daniel Sejour Araujo, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 26/07/2022 21:34:24.
- Marilene Antonia dos Santos Muniz, PEDAGOGO-AREA, em 20/07/2022 11:21:07.
- Oberdan Quintino de Ataides, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 20/07/2022 11:18:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 305342

Código de Autenticação: 858edaea8c



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Rua 64 esquina com Rua 11, S/Nº, Expansão Parque Lago, Formosa / GO, CEP 73813-816
(61) 3642-9491 (ramal: 9491), (61) 3642-9493 (ramal: 9493)

Dedico este trabalho ao filho de Seu Chico de Izabé e Dona Lurdes, colhedor de agave no sertão paraibano, que me ensinou e segue me ensinando tanto sobre a vida e sobre buscar ser melhor sempre. Dedico este trabalho ao meu painho, meu grande símbolo de resistência. Te amo!

À filha de Paulo Bêlo e Dona Nevinha, que se tornou uma excelente professora e tem tanto talento a mostrar ao mundo. Minha mainha, que me ensinou a ter força e coragem. Te amo!

AGRADECIMENTOS

À professora Edna Lúcia, minha mãe, que sempre teve um papel fundamental na minha noção do que é ser um professor, por sua didática, sua determinação e sua vontade de fazer o melhor, por sua visão do que é educar com amor e fazer isso com excelência. Mas além disso, meu agradecimento é por ela ter me ensinado a nunca desistir, por mais difícil que os caminhos fossem.

Ao meu pai por ter lutado sempre por uma vida melhor, por ter me ensinado mais coisas sobre a vida do que qualquer universidade poderia ensinar.

Aos meus avós, Paulo Bêlo e Maria das Neves e Maria de Lourdes e Francisco.

Ao meu irmão, por ter me dado ânimo nessa jornada que foi cursar o ensino superior.

A João Jorge por todo amor, carinho e suporte nessa caminhada que é a vida. Por estar compartilhando comigo coisas tão lindas que jamais sonhei. Meu amor e gratidão.

À Isis por toda paciência e cuidado que têm comigo, por ter me dado uma nova família e ser tão bondosa.

Meu agradecimento em especial para meu querido professor orientador Oberdan Quintino de Ataídes! Que me inspirou durante os anos de graduação com sua didática e agora como orientador, como um grande ser humano. Ter sido orientada por ele foi um grande presente. Sua paciência, suas indicações de leitura, as ideias compartilhadas, tornaram este trabalho mais leve de ser feito. Sou grata por ter tido oportunidade de ser sua aluna 2 semestres da graduação e mais 2 semestres na orientação deste trabalho.

Aos meus professores Daniel Sejour, Mariana Toledo, Daniele Gonçalves, por terem sido um exemplo a qual pretendo seguir na minha jornada de docência.

RESUMO

Observa-se a importância de discutir aspectos e particularidades próprios da educação de jovens e adultos e como isso se dá no ambiente pedagógico. Sendo assim, a presente pesquisa teve como objetivo identificar quais meios presentes na educação popular podem conscientizar politicamente os estudantes da educação de jovens e adultos, fazendo um levantamento metodológico sobre a prática educativa e o papel do educador popular. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, com revisão de literatura e busca de literatura empírica na área pesquisada. Dessa forma, abordou-se como se dá a consciência política através dessa educação e a partir disto, foram elencados os princípios pedagógicos da educação popular, a fim de elucidar os meios que os educadores da EJA podem utilizar em sala de aula, seja considerando a cultura e o conhecimento trazidos pelos educandos, ou seja na própria organização pedagógica.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Educação Popular. Consciência Política.

ABSTRACT

It is important to discuss aspects and particularities of the education of young people and adults and how this happens in the pedagogical environment. In this way, the present research aimed to identify which means present in popular education can politically make young and adult education students politically aware, making a methodological survey on educational practice and the role of the popular educator. The methodology used was the qualitative approach, with literature review and empirical literature search in the researched area. In this way, it was discussed how political awareness is given through this education and from this, the pedagogical principles of popular education were listed, in order to elucidate the means that YAE educators can use in the classroom, either considering the culture and knowledge brought by the students, or in the pedagogical organization itself.

Keywords: Youth and Adults Education. Popular Education. Political Consciousness.

SUMÁRIO

1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	17
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO POPULAR.	20
3 EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONSCIÊNCIA POLÍTICA DO “SER EDUCANDO”.	27
4 PERSPECTIVA DO PROFESSOR ATUANTE NA EDUCAÇÃO POPULAR E A CONTRIBUIÇÃO PARA EJA.....	35
5 ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS E A MOBILIZAÇÃO DE EDUCADORES.	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA ao decorrer de seu percurso histórico e de afirmação no cenário educacional brasileiro, foi marcada pela exclusão e negação do direito à educação pelo Estado devido a questões sociais, de gênero, de raça e de cultura. Com isso, milhões de indivíduos se viram impedidos de estudar e, conseqüentemente, foram conduzidos aos índices de analfabetismo, que os afetam em diversos aspectos de suas vidas. (LIMA, A. F. C. S., 2018, p. 12)

Ao abordar a educação brasileira como um todo, é possível observar algumas especificidades quando a análise se volta para a educação de jovens e adultos. Tomando como ponto de partida o público alvo da EJA, pode-se notar que algumas dessas especificidades refletem claramente sob um viés social, uma vez que notamos que os estudantes que formam a educação de jovens e adultos são constituídos por pessoas oriundas das camadas populares da sociedade.

Dessa forma, torna-se necessário que haja uma reflexão sobre estes indivíduos e suas demandas específicas e também seus contextos sociais. Observando como as políticas públicas para esta modalidade foram trabalhadas em alguns pontos históricos no Brasil.

Os estudantes da EJA são pessoas que compõem as classes mais pobres da sociedade, sendo constituído por adultos que não tiveram oportunidades de estarem matriculados no ensino regular, adolescentes que repetiram de ano e foram remanejados para este segmento, mulheres que foram mães muito cedo e não puderam seguir na escola. Toda essa perspectiva da EJA, traz um recorte social forte e é daí que surge o tema desta pesquisa.

A partir de uma reflexão sobre os educandos da EJA, buscou-se identificar elementos na educação popular que possam trazer um viés conscientizador para estes alunos ou não.

Objetivo Geral: O objetivo geral desta pesquisa foi buscar na educação popular meios que despertassem a consciência política dos educandos da EJA. E analisar: ela ainda se faz presente? Analisar o papel da Educação Popular na formação da consciência política e social do estudante da EJA.

Objetivos específicos:

- Discutir o papel da Educação Popular na formação do cidadão presente na EJA;
- Refletir as estratégias pedagógicas para educação popular de Jovens e Adultos;
- Apresentar o papel do professor(a) na formação dos Jovens e Adultos.

Esta pesquisa surgiu do anseio de compreender a relação entre os grupos sociais que formam o público da Educação de Jovens e Adultos e as desigualdades sociais enfrentadas pelos mesmos, mas com objetivo de analisar essa relação através das perspectivas propostas na educação popular. Pois, segundo LIMA, A. F. C. S. (2018, p. 12)

Os reflexos da desigualdade social estrutural e as propostas de conveniência do Estado para a alfabetização e educação de jovens e adultos acabou influenciando a descaracterização de identidade dessa modalidade de ensino nas práticas pedagógicas docentes, de forma que nega a sua singularidade e não consideram a realidade dos (as) educandos (as) e a efetivação de sua plena cidadania. Este é um ponto que ainda deve e pode ser conquistado, por meio do desenvolvimento de novas práticas por educadores(as) que passem a dar importância para o conhecimento e experiências que cada educando(a) traz de sua história de vida.

Dessa forma, pode-se notar que uma especificidade abrangente da EJA é o fato de que os estudantes estão inseridos em contextos sociais de desigualdade, seja ela das mais diversas formas. Então, a EJA pela perspectiva da desigualdade social está particularmente ligada ao acesso à educação. Partindo do pressuposto de que a sociedade capitalista visa a produção, os estudantes da EJA em sua grande maioria estão inseridos no mercado de trabalho, mas não têm acesso à educação. Esse mecanismo faz com que haja uma alienação até mesmo da consciência de direitos desses estudantes. Segundo Brandão (1981, p.41)

Na ordem de trocas e poderes da sociedade desigual, uma igualdade de acessos e carreiras à/da educação compromete a necessidade política e econômica da desigualdade estrutural de participação na vida social, nos diferentes domínios do poder e nas diversas alternativas de relações entre o capital e o trabalho. À margem da educação seriada (formal, escolar, regular), que diferencialmente “forma” senhores, mediadores e trabalhadores, a educação de adultos não pode realizar-se plenamente como um tipo especial de docência adequada dirigida a sujeitos como os operários, os camponeses e os índios.

Percebe-se que as práticas educativas na educação popular, despertam em seus estudantes uma percepção política da sociedade, fazendo com que os mesmos se identifiquem

como sujeitos que vivem situações de opressão dentro do sistema capitalista e atualmente neoliberal no contexto brasileiro, dessa forma, busca-se compreender como se dá a relação entre a identidade dos sujeitos da EJA, sua situação de opressão social e de que forma a educação popular contribuiria para a superação dessa “alienação”, referindo-se até mesmo sobre os caminhos que a educação de jovens e adultos estão trilhando no Brasil de corte de verbas e de reformas educacionais sem políticas públicas adequadas para a realidade da EJA, tornando-se cada vez mais excludente e inacessível para estes estudantes.

Assim sendo, este trabalho nasceu como forma de analisar essas perspectivas e ressaltar a importância da consciência política na construção do indivíduo, promovendo-o a um cidadão de fato crítico e emancipado, consciente de sua localização social no sistema capitalista e também consciente dos seus direitos, que busca ativamente melhorias políticas amplas e também específicas, como no âmbito da educação de jovens e adultos.

Conforme nos diz Paulo Freire (1967, p. 35) “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio.” Dessa maneira, é necessário analisar também o fato de como esses estudantes estão na sociedade e todas as implicações decorrentes dessa relação, pois

Há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face de um mesmo desafio. (1967, p. 40)

É importante ressaltar que as implicações destas relações acontecem no âmbito da sociedade de classes. E é importante também demarcar o contexto que o Brasil está inserido, fazendo parte de um governo neoliberal, sendo assim, até mesmo as reformas na educação básica e também nos currículos e orientações gerais, estão sob constante influência desta perspectiva neoliberal. Dessa maneira, é válido denotar que num cenário como este é importante que, levando em consideração as especificidades da EJA, haja uma conscientização, até mesmo como forma de buscar seja por movimentos sociais ou não, uma educação pública de qualidade.

A metodologia deste projeto terá uma abordagem qualitativa, buscando analisar a literatura e posteriormente fazer uma revisão bibliográfica. A pesquisa tem cunho investigativo e argumentativo.

A investigação deste projeto se dará no contexto educacional brasileiro, tendo como recorte principal a educação de jovens e adultos e posteriormente, a análise de aspectos políticos da educação popular. O presente projeto se dará através da revisão de literatura sobre o tema proposto.

A abordagem escolhida para realização desta pesquisa foi a metodologia qualitativa. Segundo FLICK (2009, p.16) a pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo. Sendo assim, com o intuito de fazer uma análise da literatura já existente, foram utilizados métodos qualitativos para interpretar os dados existentes e a partir disso, elaborar uma questão problema para ser debatida neste trabalho.

Ademais, observou-se a relevância da revisão de literatura, uma vez que foi delimitado um campo de estudo do problema da pesquisa, e foram elencados autores que trabalharam inicialmente as questões relevantes desta pesquisa. Foram consultados como fonte de pesquisa o site Scielo e o Google Acadêmico. Posteriormente, buscou-se analisar o que já existe de produção do campo de estudo, no que se refere aos estudos empíricos.

Buscou-se fazer um levantamento dos livros para o referencial teórico da pesquisa, utilizando grande parte da bibliografia com base nas obras de Paulo Freire e de autores que discutiram pontos relevantes sobre a obra deste autor e sua prática pedagógica. Dessa forma, foram utilizados livros e num segundo momento foram feitas pesquisas na internet em artigos e monografias. As palavras-chave utilizadas nas pesquisas foram: “educação popular e eja”, “conscientização política e educação popular”, “contribuições da educação popular para eja”, “Paulo Freire e conscientização política”. No que se refere ao levantamento bibliográfico e leitura da pesquisa empírica, foram utilizadas palavras-chave que delimitassem os artigos e monografias primeiramente a região centro-oeste. Devido a dificuldade em encontrar estas pesquisas empíricas, foram utilizadas as seguintes palavras: “educação popular no DF e entorno”, “educação popular em Formosa/GO”, “educação popular no entorno do DF”.

Nesse sentido, em primeiro momento, houve uma revisão da literatura teórica, a fim de se fazer um levantamento acerca do campo de estudo do qual se insere a pesquisa. As fontes encontradas foram livros, inicialmente, artigos e monografias. No segundo momento, houve uma revisão de literatura empírica, buscando fazer um levantamento do que já tem publicado e

que parte da análise da realidade, acerca do contexto do problema de pesquisa, no caso desta, o contexto da identidade dos estudantes da EJA.

Outro aspecto importante da metodologia de pesquisa, foi realizar uma revisão da literatura metodológica para explorar quais ferramentas seriam utilizadas para produção da pesquisa. Como mencionado anteriormente, a metodologia utilizada foi qualitativa.

Dessa forma, foram levantados pontos importantes para discussão do campo de estudo, partindo de uma análise investigativa e argumentativa acerca dos expostos sobre a educação de jovens e adultos e buscando fazer apontamentos críticos.

Os critérios utilizados para a formulação do problema da pesquisa foram delimitar um campo da educação que precisava de uma observação mais específica por toda questão das demandas e especificidades do seu público e buscar à luz da educação popular, os elementos que pudessem ou não dar conta de lidar com essa demanda no sentido político, refletindo sobre as questões práticas de como essa educação poderia ser aplicada em sala de aula.

A investigação desta pesquisa se dará no contexto educacional brasileiro, observando a peculiaridade do sistema público de ensino. Sabe-se que na história da educação pública, há cenários de desigualdade desde sua “fundação”. Dessa forma, o intuito da análise aqui, é observar o recorte da educação de jovens e adultos, grupo este que é parte de vários marcadores de desigualdade social. Num segundo momento, buscou-se analisar os aspectos políticos da educação popular, com a finalidade de estabelecer uma dualidade entre a educação popular e a educação de jovens adultos. Nesse sentido, foram elencados aspectos da EJA no seu contexto de desigualdade social e aspectos de emancipação política presentes nos pressupostos da educação popular. A partir desses expostos, essas duas formas de educação foram contextualizadas para indicar quais elementos da educação popular poderiam conscientizar os estudantes que são alvo da educação de jovens e adultos, quais são as dinâmicas para que essa conscientização ocorra, e também abordar aspectos sobre a prática docente da educação popular: como estas práticas refletem nas práticas tradicionais da educação de jovens e adultos.

A composição deste trabalho se deu através de cinco capítulos. O 1º capítulo dialoga sobre o contexto da educação de jovens e adultos. O 2º capítulo discute a educação de jovens e adultos e a educação popular. O 3º capítulo aborda a educação popular e os movimentos sociais, a consciência política do “ser educando”. O 4º capítulo fala sobre a perspectiva do professor

atuante na educação popular e a contribuição para EJA e o 5º capítulo traz alguns apontamentos históricos e a mobilização de educadores.

1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Sabe-se que desde a colonização nosso país é permeado por vários tipos de desigualdades. A partir desse contexto, com as mudanças sociais, essas desigualdades se intensificaram como reflexo desse processo colonizador. Dessa forma, podemos observar que muito do cenário social atualmente se deve em virtude deste passado. Um dos principais pontos que podem ser notados é o fato deste determinado grupo de pessoas que não tiveram acesso à educação no ensino regular, estarem inseridos em um ou mais pontos de desigualdade. As dinâmicas produzidas socialmente, desvelam um padrão de desigualdades sejam elas produzidas pelas questões raciais, sejam por classe social ou por gênero. Todas essas interseções fazem parte do contexto social do grupo de estudantes que formam a educação de jovens e adultos. Nesse sentido, Souza (2006, p. 20) aborda que

Os sujeitos da EJA hoje são diversos: Trabalhadores, aposentados, jovens e adolescentes empregados ou em busca de emprego, pessoas com necessidades educativas especiais, para citar alguns. Daí decorre também a preocupação com o conceito de diversidade cultural no contexto da EJA. Os sujeitos da EJA atualmente são o trabalhador experiente e o jovem com outro tipo de experiência no mundo.

Podemos perceber na EJA estudantes com questões diversas: que não dispunham de possibilidade de frequentar a escola porque necessitavam trabalhar para ajudar no sustento da família, não estudaram porque eram mulheres e mulheres deveriam cuidar de casa, estudantes que não avançaram de ano no ensino regular e ficaram retidos, tendo como solução serem remanejados para EJA, jovens que necessitaram adentrar no mercado de trabalho e precisaram mudar o turno de estudo. São várias demandas em que estes alunos estão inseridos e todas elas refletem um ou mais aspectos que nos remetem aos indicadores de desigualdade social no Brasil. Dessa forma, segundo Freire (1992, p. 44):

O respeito a esses saberes se insere no horizonte maior em que eles se geram – o horizonte do contexto cultural, que não pode ser entendida fora de seu corte de classe, até mesmo em sociedades de tal forma complexas em que a caracterização daquele corte é menos facilmente apreensível.

O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. “Seu” mundo em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo.

Assim, com todas especificidades trazidas pelos estudantes, há também a necessidade de se pensar uma educação que atenda e contemple de fato esses alunos, pois é sabido que a educação tradicional não dá conta de abordar todas essas problemáticas. Não há um padrão para se trabalhar na EJA, tendo em vista que existem diversas situações em que estes estudantes estão inseridos. Dessa forma, o ensino na EJA deve ser pensado para atender de forma eficiente a essas demandas, não como uma solução rápida de reparar um problema social maior, mas como uma forma de conscientizar os estudantes politicamente, de forma que os façam compreender sua realidade e as próprias raízes sociais dos motivos que os deixaram longe da escola, ou também os motivos que os fizeram ficar “retidos” no ensino regular, por meio da repetência.

Conforme podemos observar na obra de Freire, (1967, p. 39)

[...] entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está *no* mundo, mas *com* o mundo. Estar *com* o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é.

Nesse sentido, torna-se necessário entender a dinâmica entre estes sujeitos, suas relações no mundo e com o mundo. Como abordado por Souza (2006, p. 21) durante muito tempo, a EJA teve o intuito de superar o atraso daqueles que não sabiam ler nem escrever, adotando uma concepção instrumental de educação, sem levar em conta a experiência de vida dos trabalhadores.

E para delinear estas complexas dinâmicas, buscaremos usar os caminhos estabelecidos por Paulo Freire em sua extensa obra, que segundo o autor, sempre pôde ser passível de ser revista, uma vez que ele abordava tanto a “inconclusão” dos sujeitos e da sua ação no mundo.

Apesar da ação dos sujeitos se configurar em diversas camadas da vida em sociedade, aqui delimitamos o campo da educação como uma das ferramentas de análise dos sujeitos e como um meio para alcançar a conscientização e a transformação social. Porém, é importante ressaltar que, Segundo Freire (1992, p. 16), alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvelá-la, contudo, dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão.

Segundo Galli (2015, p. 36), a obra de Paulo Freire é considerada de extrema importância para a discussão de uma prática educativa progressista, que permite desvelar a realidade opressora, levando os(as) educandos(as) a exercerem seu conhecimento sobre o

mundo e agirem sobre ele de modo a aprimorarem suas capacidades de refletir, de avaliar, de programar, de investigar e de transformar.

Dessa forma, através dessa ação de estar consciente do mundo, é que se pode tentar superar as situações opressoras em que estes indivíduos estão inseridos. E a ação de estar consciente do mundo, se encontra numa educação que tem como fins alcançar a liberdade dos estudantes.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO POPULAR.

Ao discutir os termos que se tratam e envolvem a educação de adultos, Gadotti traz uma reflexão sobre os próprios sentidos da educação de adultos tanto na dimensão da EJA quanto na dimensão da educação popular. Nesse ponto da discussão conseguimos notar as primeiras diferenças dos dois objetos de estudo desta pesquisa: a educação de jovens e adultos e a educação popular. Neste sentido, resumidamente, a educação de jovens e adultos como nós conhecemos hoje, se dá no âmbito do Estado. A educação de adultos é então aquela que ocorre no espaço escolar, a que podemos chamar de “educação formal”. Nesse sentido então, a educação popular, segundo Gadotti (2011, p. 36) “a educação não formal” está principalmente vinculada a organizações não governamentais, partidos políticos, igrejas e etc., geralmente organizadas onde o Estado se omitiu e muitas vezes organizadas em oposição à educação de adultos oficial”. Dessa forma, percebe-se que há uma distinção entre estas duas perspectivas da educação para adultos. Tanto no formato em que ela acontece (no que se refere, ao espaço e quem “provém” esta educação), quanto a metodologias (como se ensina, quem ensina, o que se ensina).

A educação popular conta com uma metodologia, por assim dizer, que tem como um dos principais objetivos tomar a realidade dos seus estudantes como um ponto de partida para a própria prática pedagógica. Esta metodologia busca fazer uma valorização do que é conhecido cientificamente como o “senso comum”. É a partir do conhecimento de mundo produzido pelos estudantes, que a educação popular pretende, segundo Gadotti (2011), problematizar esse senso comum, descobrindo a teoria presente na prática popular, que ainda não é conhecida pelo povo, problematizando-a, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário.

Partindo dessas reflexões, Brandão (1984, p. 181, apud GADOTTI, 2011) para fazer a distinção entre essas concepções de educação. Dessa forma, temos *a educação de classe*, que trata os “processos não formais de reprodução dos diferentes modos de saber das classes populares”. A seguir, *a educação popular* que trata de participar na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares, e que objetiva a passagem do saber popular para o saber orgânico, e ademais, *a educação do sistema*, que são os programas de capacitação de pessoas e grupos populares, sob o controle externo.

No espaço em que ocorrem estas perspectivas educacionais, há vários interesses em jogo. Isso faz com que haja conflitos em torno do Estado, refletindo também na área da educação no país. Neste sentido, como estamos numa sociedade capitalista, Gadotti (2011, p. 37) nos diz que para cumprir a função principal de acumulação do capital, o Estado

capitalista, para legitimar-se, deve impulsionar mecanismos massivos de participação. Então, a partir dessa prática de acumular e legitimar ao mesmo tempo, isso resulta em uma arena política que é determinada por interesses conflituosos. Dessa forma a educação pública sendo organizada pelo Estado, é permeada por essas instabilidades de interesses.

Sendo assim, segundo Gadotti (2011, p. 38), a função educativa do Estado tem sido entendida, quase exclusivamente, como escolarização, deixando de lado as possibilidades da educação não formal, especialmente na educação básica (que inclui a alfabetização) de jovens e adultos.

A partir das exposições feitas, discutiremos alguns *sentidos e orientações* próprios da educação popular. Resgatando a historicidade da educação de adultos no contexto latino americano, e afunilando sobre a educação de jovens e adultos no Brasil para abordar uma das questões dessa pesquisa: a educação popular ainda se faz presente?

Variadas concepções surgiram e se desdobraram em tendências e correntes que seguem até a contemporaneidade. Segundo Gadotti (2011, p. 42), no contexto geral, na América latina, em 1940 a educação de adultos era vista como um complemento da escola formal. Em 1950, a educação de adultos era vista como educação de base. A partir do final dos anos 1950, surgiram duas tendências bastante importantes: Uma tendência era a “educação transformadora” de Paulo Freire e a outra era a educação funcional (profissional).

Em 1970, estas duas tendências seguem. Porém a tendência freireana é tida como uma educação não formal, e a outra é vista como supletiva da educação formal. No contexto brasileiro, nesta época, há o MOBREAL, que era o Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Nesse contexto do período em que ganharam vigor as ideias da pedagogia de Paulo Freire, podemos notar que há um grande interesse político em que essas ideias não passem a diante. Apesar de serem revolucionárias e se mostrarem efetivas (a própria experiência em Angicos é prova disso), a pedagogia freireana foi impedida de ser efetiva a nível nacional por conta do golpe militar e do governo autoritarista. Neste sentido, podemos observar a quem a educação estava servindo nesta época.

A metodologia de Freire foi incorporada a alguns outros setores para além dos movimentos populares, sendo apoiado pela igreja com o Movimento de Educação de Base (MEB), e os Centros Populares de Cultura (CPCs). (GADOTTI, 2011, p. 43)

Segundo Gadotti (2011, p.43-44) após o fim do governo militar, em 1985, o programa MOBREAL foi extinto. A nova república cria a Fundação Educar, que seria mais democrática, porém não teria tanto financiamento quanto o MOBREAL. Em 1990, o Brasil Novo, cria o PNAC (Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania), que também é extinto um ano depois. Observa-

se a partir desse pequeno contexto histórico, a situação de descontinuidade de políticas para a educação de adultos no Brasil.

Segundo Wanderley (1985, p. 58-79, apud GADOTTI, 2011), as três orientações da educação popular no Brasil e que podem ser encontradas em outros países da América Latina são:

1ª A educação popular com a **orientação de integração**, uma educação instrumental, entendida como popularização da educação oficial sob a hegemonia de classes dominantes, com o objetivo de consolidar o capitalismo dependente, integrando principalmente o campesinato.

2ª A educação popular com **orientação nacional-desenvolvimentista** visando à implantação de um capitalismo autônomo, nacional e popular. Seria uma versão brasileira da “educacional funcional” (UNESCO). Pretendia-se distribuir os benefícios do progresso social e econômico sem questionar, contudo, a legitimidade social do modelo capitalista dependente.

3ª A educação popular com a **orientação de libertação** com o objetivo de estimular as potencialidades do povo através da conscientização, da capacitação e de ampla participação social. A partir dessa orientação, certos grupos problematizaram, criticaram a ordem capitalista e começaram a exigir mudanças estruturais profundas.

Nessa perspectiva, o que se tem hoje no Brasil no que se refere à educação de adultos como uma demanda da educação popular, são duas tendências teórico-práticas, que, segundo Gadotti (2011, p. 45) podem ser definidas como: *maniqueísta* e *integracionista*. Na tendência maniqueísta, o Estado não é visto como parceiro da educação popular. Como a educação popular é um meio para libertação das pessoas, o Estado não tem relação com a mesma pois tende a manipular as pessoas. A outra tendência é a integracionista, que propõe uma colaboração entre Estado, igreja, empresariado, sociedade civil e etc.

A partir das análises feitas acerca do sentido da EJA enquanto oferta educacional do Estado e da educação popular, uma educação dos movimentos populares, podemos observar que um grande fator determinante para ambas as práticas é o contexto político, independente da época em que seja feita essa análise. Até mesmo no cenário mais propício para desenvolvimento das tendências da educação popular, como no final da década de 1950, percebemos que os interesses das classes dominantes falam mais alto. Notamos na educação popular, uma metodologia educacional capaz de ser efetiva, e para além disso, capaz de atender as demandas das classes populares, mas que por interesses políticos vêm sofrendo grandes embates por conta das classes dominantes. Constata-se que, este cenário conflituoso que é o jogo político no sistema capitalista, acaba cedendo à participação das camadas populares, mas não ao ponto de fazer com que os interesses dominantes sejam abalados. Outro ponto a se

observar, é a descontinuidade de projetos ofertados pelo Estado para suprir a necessidade do público da educação de jovens e adultos.

Ao abordar a EJA numa perspectiva histórica, convém mencionar as dinâmicas que envolvem a interação entre a educação de jovens e adultos, a educação popular e em que medida isto está envolto aos movimentos sociais ou populares. Segundo Brandão (1985, p. 63)

Na sociedade desigual (“colonialista”, “capitalista”, “opressora”) também o saber aparece dividido entre os homens. Em primeiro lugar ele não existe plenamente como representação coletiva e solidária do Mundo concreto onde se vive, tal como ele é. O poder, que controla politicamente a ordem social que o sustenta, também determina ideologicamente o saber, o pensamento, os valores, os símbolos com que se apresenta como legítimo. Ele cria e recria os instrumentos e artifícios para que as pessoas oprimidas por ele pensem como ele, pensando que pensam por si próprias.

Sendo assim, alguns pontos da história da educação serão elencados para contextualizar a discussão. Seguindo a linha histórica, a partir do século XX, no contexto brasileiro, na década de 1920 houveram algumas propostas para reforma tanto do ensino quanto de renovação pedagógica. Movimento este conhecido como “escolanovismo”, Rezende (2013). Já em 1932 com o manifesto dos pioneiros, há a ideia de haver uma modernização no país. Consonante com o cenário mundial, havia um grande desenvolvimento industrial, urbano e as populações encontravam-se cada vez mais em centros urbanos. Dessa forma, a EJA foi entendida como algo necessário para integrar essa população na demanda do capitalismo.

Na década de 1930, cria-se o “sistema público de educação elementar” que era incumbido ao Ministério da Educação e da saúde, e segundo Rezende (2013, p. 111), a ideia da EJA ganha “consistência” a partir da reivindicação e das propostas de elevação da escolaridade da população adulta.

Em 1940, no contexto de redemocratização, a ideia de alfabetizar os adultos recebe mais valor, pois apenas pessoas alfabetizadas eram capazes de votar. Nesta época, realizou-se o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adultos. (REZENDE, 2013), com a finalidade de levar educação para toda população brasileira, residente no campo ou na cidade.

Nos anos de 1950 e 1960, houveram grandes mudanças sociais mundialmente e também no contexto brasileiro, fazendo com que urgisse mudanças mais profundas nas questões sociais emergentes, como

A miséria da população, sobretudo a nordestina, a presença das grandes massas de excluídos nas regiões urbanas e o poder dos latifundiários e do imperialismo estrangeiro, sobretudo americano, eram vistos como impeditivos para uma mudança em direção a uma sociedade mais justa. Além disso, no seio das classes populares, novas forças políticas como as ligas camponesas, por exemplo, o Movimento Sindical Operário, os estudantes e os intelectuais, situados, sobretudo, nos centros urbanos, procuram um protagonismo na cena política, inaugurando uma nova fase: a educação de adultos passa a ter um caráter de educação popular, cujo objetivo se ligava a uma ação transformadora da sociedade. (REZENDE, 2013, p. 112)

O contexto político do qual emergiu a pedagogia freireana foi o da “democracia populista”. Nesse período, houve uma emergência das classes populares no sentido de elas acabarem saindo do âmbito de “massas de manobra” de alguns políticos, para de fato se tornarem conscientes e participantes no processo democrático.

Este foi inclusive um dos problemas que ocorreram pois como é possível controlar as camadas populares de modo que as classes dominantes não se sentissem ameaçadas pela tomada de consciência das classes populares?

As classes populares foram o que Weffort (1978, p.15, apud ROMÃO, 2011, p. 61) chamou de “parceiro-fantasma”. Segundo Weffort, as massas populares foram a grande força que nunca chegou a participar dos grandes embates, sempre resolvidos entre os quadros políticos dos grupos dominantes, alguns dos quais reivindicando para si a interpretação legítima dos interesses populares.

É dessa forma que a democracia populista juntamente com os setores progressistas da burguesia agia. (ROMÃO, p. 62, 2011). De forma que houvesse a manipulação das classes pobres. Nesse sentido então, o que antes era uma “falsa ideia” da participação popular no jogo político, agora era uma real “ameaça” às classes dominantes. É por este efeito que alguns anos depois a pedagogia de Freire sofre um grande impedimento com o acontecimento do golpe militar, em 1964.

Nos próximos anos, com a ditadura militar, muito desse movimento progressista passou por um processo de silenciamento, por assim dizer. Pouco antes da ditadura ser instaurada no Brasil, há o grande movimento de alfabetização com grandes ideias de Paulo Freire, pautadas numa educação do povo e para o povo, partindo da leitura de mundo destas pessoas e com um caráter político da educação, um “método” muito eficaz capaz de fazer grandes massas de adultos e jovens serem alfabetizados em poucas semanas, mas que não vingou por motivo de censura da ditadura. Em 1970, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que tinha a finalidade de acabar com o índice de analfabetismo no Brasil.

Na década de 1980, ocorreram mudanças significativas no que tange o fim da ditadura militar, um avanço sindical, a constituição de 1988, avanço dos movimentos sociais.

Nesse sentido então, *os movimentos sociais* são manifestações construídas por grupos plurais pertencentes à sociedade civil com interesses diversos. Essas manifestações surgiram a partir da inquietude e da não aceitação das dimensões de opressão das classes populares. (AFRO; MELO; FLORES, 2015, p. 9). Na década de 1990, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que define a EJA pertencente a um segmento da educação básica.

Observa-se que ao fazer esse recorte histórico, em muitos pontos a EJA estava inserida no anseio de atender às demandas da educação popular, uma vez que os sujeitos que fazem parte desse segmento provêm das classes mais pobres. Nesse sentido, como a educação popular era de cunho progressista e uma forma de resistência ao sistema capitalista, a educação tinha como um de seus princípios ser libertária, conscientizar as pessoas das situações opressoras que elas enfrentavam e porque enfrentavam. A educação popular se voltava para atender a uma das faces de luta dos movimentos das camadas populares: a desigualdade produzida pelo não acesso à educação na idade “correta” conforme era estabelecido pela legislação educacional. Assim, quando analisamos um dos objetivos da educação popular, podemos observar que ela é um recorte de um movimento maior que se unia pelo Brasil: trabalhadores camponeses, trabalhadores das indústrias, mães, jovens, o movimento pela luta da terra, pela reforma agrária. Todos esses movimentos buscaram uma forma de lutar por algo que implicava também na produção das desigualdades sociais enfrentadas por estes indivíduos.

Outra face da educação de jovens e adultos, e desta guiada pela classe dominante, consistia no fato das “consequências” de se alfabetizar essa grande massa de pessoas e além disso, fazer esse reconhecimento do “mundo” como um lugar político e essas tensões políticas que desvelariam a compreensão destes sujeitos de que estavam inseridos em situações e recortes de desigualdade. Nessa perspectiva, não interessava à classe dominante ter essa grande população que estava fora da escola e tendo essa educação com o viés político, de conscientização. Como pode ser observado, o grande movimento provocado por Paulo Freire que consistia em fazer da educação um instrumento que partisse da leitura de mundo das pessoas, e não o contrário. Não interessava à classe dominante uma educação que partisse da análise da realidade material, dos problemas estabelecidos com o sistema capitalista e tampouco uma educação que era pautada nos saberes e na cultura popular. Conforme Freire (1989, p. 13) aborda,

É neste sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não e associada sobretudo a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica.

Assim, podemos observar que a EJA era um dos motivos de luta dos movimentos populares, mas que se diferencia quando analisamos os objetivos propostos sejam por legislação educacional ou seja pelo próprio segmento escolar, com base nas concepções sobre o que era a educação de jovens e adultos no contexto da classe dominante, e o que era a educação de jovens e adultos para os movimentos sociais, e para a educação popular. Observando essa dualidade de concepções, nota-se que a educação segue um padrão a favor de um grupo, tanto no que se refere a própria organização pedagógica, quanto no próprio sentido da ação de educar. E sendo este grupo dominante, opressor e detentor dos meios para produzir desigualdade, observa-se que já existe uma orientação que a educação será guiada. Segundo Freire (1989, p. 15), sobre estes dois sentidos da educação de jovens e adultos, há o que o autor chama de

O mito da neutralidade da educação, que leva à negação da natureza política do processo educativo e a tomá-lo como um quefazer puro, em que nos engajamos a serviço da humanidade entendida como uma abstração, é o ponto de partida para compreendermos as diferenças fundamentais entre uma prática ingênua, uma prática "astuta" e outra crítica.

Dessa forma, segundo Freire, a educação sempre será guiada por um viés. A questão é qual viés será este: de inclusão ou exclusão. E conforme a citação acima, a educação não é neutra, sempre está a favor de/ou a serviço de algo ou alguém. Nesse sentido é que ao fazer o resgate histórico sobre a EJA e a educação popular, podemos ver este impasse na discussão sobre a própria concepção da prática pedagógica para educação de jovens e adultos. A concepção educacional da hegemonia, de acordo com Paludo (2001, apud REZENDE, 2013, p. 110) fazia que tais práticas e concepções de educação se colocavam a serviço da manutenção das estruturas de poder vigente, da constituição de uma mão de obra e da exploração desta mesma força de trabalho e do domínio cultural.

3 EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONSCIÊNCIA POLÍTICA DO “SER EDUCANDO”.

Quando nos referimos ao processo educacional em Freire, convém observarmos que a educação pode ser considerada também como um ato político. Dessa forma, tirar o sentido político da educação, é uma forma hegemônica de esvaziar o processo educacional.

Nesse sentido, como processo educacional entendemos

processo de conhecimento, e como tal, trata-se da construção e organização da reflexão coletiva sobre as determinações naturais e histórico-sociais para que, de modo qualitativamente superior em relação à consciência do mundo, se possa nele intervir, de modo a orientar o sentido daquelas determinações para um projeto de sociedade mais democrático, mais humano e mais feliz. (ROMÃO, p. 69, 2011)

Abordaremos alguns aspectos referentes ao processo educacional na pedagogia freireana. Primeiramente, Romão (2011) ressalta que o sujeito da criação cultural, e, portanto, da construção do conhecimento, é coletivo.

Segundo Romão (2011, p. 70) na formação humana, o processo civilizatório conta com três conjuntos de processos culturais, sendo eles: produtivo, associativo e simbólico. Estes processos são o que fundamentam as condições materiais de existência. Nesse sentido, a organização da sociedade se dá nesse contexto e tendo base nesses processos. Assim, os mecanismos de dominação e reprodução também se dão conforme esses processos.

É através deste conjunto - produtivo, associativo e simbólico - que se inserem os documentos que orientam a prática pedagógica. Dessa forma, os currículos são guiados por eles.

Romão (2011, p. 71) nos diz que é por isso que a educação não tem conteúdo, nem finalidade em si mesma, porque é na sociedade que está inserida, ou no projeto de sociedade a ser formulado e implantado, que ela encontra suas referências.

Dessa forma, segundo este autor os elementos que constituem este conjunto de processos são: ao produtivo, às ciências naturais, ao associativo, às ciências sociais, e ao simbólico, às ciências da comunicação.

A partir dos processos culturais e pedagógicos, com a finalidade de haver uma compreensão crítica para manutenção ou transformação da sociedade, segundo Romão (2011,

p. 72) “o processo educacional passa a ser essencialmente político”. Mas o autor ressalta que “os equívocos” do conhecimento conduzem a atuações e intervenções alienadas e alienantes. É por isso que na perspectiva da pedagogia freireana, há esse ambiente de aprendizado diferente da organização tradicional escolar. Há que se respeitar e validar as diferentes pessoas presentes, suas histórias de vida e subjetividades. Segundo Romão (2011) o processo educacional reúne pessoas diferentes, com graus variados de competências, conhecimentos e habilidades específicas em situação de mútuas aprendizagens. (p. 74)

Tomando como ponto de partida uma análise do contexto da época em que as ideias freirianas sobre a educação popular tomaram mais força, podemos analisar que isto ocorre em meio à uma grande demanda por parte das classes populares, no sentido de haver a necessidade de um direcionamento educacional que conseguisse lidar com as questões de desigualdade dos quais as classes populares estavam inseridas, sendo as massas urbanas ou as massas rurais de população. Nesse sentido, como uma demanda do movimento popular, os princípios da pedagogia freireana aparecerão como uma matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. (WEFFORT, 1967, p. 4). É a partir daí, que se pode falar em “movimento de educação popular”. A educação popular, aparece aqui como uma dimensão dos movimentos populares e também como uma pauta a ser suprida, uma vez que havia milhares de brasileiros totalmente analfabetos. Os ideários freireanos, surgem dessa extrema necessidade dos grupos marginalizados.

Dessa forma, constata-se na prática educativa abordada por Freire que existe uma dimensão da educação que pode ser considerada como “conscientizadora”. Quando entendemos que a educação em Freire deve partir da realidade prática dos educandos, entendendo o contexto em que estão inseridos, explorando palavras geradoras que são indiscutivelmente o contexto social permeado por esses educandos, é que podemos falar que o educando estará tomando conhecimento da realidade material das suas condições de existência, e sendo parte de um grupo marginalizado, que está inserido em marcadores de variadas formas de desigualdade, o educando toma consciência do seu “estar no mundo”. Segundo esta pedagogia, o aprendizado já é um modo de tomar consciência do real e como tal só pode dar-se dentro desta tomada de consciência. (WEFFORT, 1967, p. 7)

A própria estrutura do “fazer pedagógico” freiriano se dá num contexto diferenciado do tradicionalismo escolarizado. Na perspectiva freireana, contamos com os “círculos de cultura”, onde se faz um levantamento do universo vocabular dos educandos, buscando elencar as palavras geradoras e a partir delas ir aos poucos construindo o processo de alfabetização.

Nesta pedagogia freireana, muda-se até mesmo a relação entre educador e educando, a relação que permeia o ambiente é dialógica, onde deve ser sempre um processo horizontal: não há autoritarismo, é uma relação de igual para igual e colaborativa, pois segundo Freire é por meio do diálogo que se aprende, e esta aprendizagem nunca é de forma individual.

Então quando se fala de uma educação conscientizadora, nota-se que uma das finalidades da prática educativa é despertar nos educandos meios para que eles se tornem pessoas livres, no sentido de “liberdade” das amarras sociais e situações de dominação em que estão. Vale salientar que

Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão; se muitos dos trabalhadores recém-alfabetizados aderiram ao movimento de organização dos sindicatos é porque eles próprios perceberam um caminho legítimo para a defesa de seus interesses e de seus companheiros de trabalho; finalmente, se a conscientização das classes populares significa radicalização política é simplesmente porque as classes populares são radicais, ainda mesmo quando não o saibam. (WEFFORT, 1967, p. 11)

Isto ocorre por meio da educação, mas não somente pela educação. Há todo um cenário que se prepara para que haja de fato uma conscientização política nestes educandos, a educação popular é uma das vias que se desperta essa consciência, mas não tem um fim em si mesma, necessitando que haja outros níveis de ação política. Pois, segundo Weffort (1967, p. 15), a conscientização significa uma abertura à compreensão das estruturas sociais como modos de dominação e da violência. Mas cabe aos políticos, não ao educador, a tarefa de orientar esta tomada de consciência numa direção especificamente política. Esta ação, deve estar atendendo aos anseios dos problemas que são enfrentados pelas classes populares. É nesse sentido que Weffort (1967, p. 8) reitera que a compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se.

Há de se mencionar, que como uma dimensão do processo dos movimentos populares, a educação popular ou os movimentos de educação popular estavam inicialmente sob a tensão de uma grande parte da população que não podia votar, pois não sabia ler e uma grande parte da população que a partir do ato de ser alfabetizado, poderia ter direito ao voto como cidadão. Nesse sentido, houve um embate entre essas duas faces do mesmo processo político: a classe dominante e os políticos populistas, como ocorreria essa dinâmica? O que ganha força nesse cenário político é o anseio de uma democracia que estava vindo com o movimento de educação

popular. Mas a tensão entre a necessidade de uma política mais democrática, a classe dominante e seus privilégios, e os líderes populistas que manipularam as classes marginalizadas, era bastante complexa. Primeiramente porque estes políticos populistas às vezes também estavam inseridos nas classes dominantes, fazendo com que a interação entre as classes dominantes e marginalizadas fossem mediadas por eles. Dessa forma, políticos populistas eram figuras que agiam “defendendo” os dois grupos: no sentido de não perderem privilégios com as classes dominantes, e nem perdendo a força da massa popular que agora tinha poder de voto. De acordo com Weffort (1967, p.22)

A manipulação populista não poderia deixar de trazer consigo algum grau efetivamente real de uma autêntica mobilização democrática que se expressa, entre outros resultados, no relativo deslocamento dos interesses oligárquicos e na preservação do nível de vida das massas urbanas. E pareceria estar aí a raiz da ambiguidade característica do comportamento populista: intermediários entre as elites e as massas, oscilam sempre entre a manipulação e a mobilização democrática, entre a defesa das reivindicações populares e a manutenção de um status quo onde é decisiva a ponderação dos interesses dominantes.

Dessa forma, é que se analisa que a educação popular tem uma particularidade de que as vezes nem mesmo políticos populares sabiam quais são as dimensões necessárias para que haja uma educação popular e uma dimensão política na própria educação. Sendo assim, podemos apontar que o movimento de educação popular tinha métodos e ideais próprios e apesar de serem uma dimensão dos movimentos populares, até mesmo políticos envolvidos não sabiam ou não tinham conhecimento sobre essa metodologia.

Quando vamos falar sobre a criticidade na educação popular, temos que fazer um panorama de análise da sociedade brasileira que Paulo Freire (1967) chamou de “*sociedade em trânsito*”. Esta sociedade era o curso em movimento do que antes era uma sociedade com heranças coloniais e que já não suportava mais essa estrutura, e que estava ganhando força e movimento para se tornar um outro padrão de sociedade, que agora contava com a emergência das massas populares e da participação popular na democracia. O padrão de relação estabelecida entre esses grupos sociais era verticalizado, com as elites no poder e as massas na base de produção da sociedade. As necessidades e demandas da sociedade estavam agora sendo outras e como parte do processo,

Nutrindo-se de mudanças, o tempo de trânsito é mais do que simples mudança. Ele implica realmente nesta marcha acelerada que faz a sociedade à procura de novos temas e de novas tarefas. E se todo Trânsito é mudança, nem toda mudança é Trânsito. As mudanças se processam numa mesma unidade de tempo histórico qualitativamente invariável, sem afetá-la profundamente. É que elas se verificam pelo jogo normal de alterações sociais resultantes da própria busca de plenitude que o homem tende a dar

aos temas. Quando, porém, estes temas iniciam o seu esvaziamento e começam a perder significação e novos temas emergem, é sinal de que a sociedade começa a passagem para outra época. Nestas fases, repita-se, mais do que nunca, se faz indispensável a integração do homem. Sua capacidade de apreender o mistério das mudanças, sem o que será delas um simples brinquedo. (FREIRE, 1967, p. 46)

Dessa forma então, com as mudanças estruturais ocorrendo, como de fato poderia acontecer uma participação efetiva das camadas populares nos processos de decisão políticos? Segundo Freire (1967), o caminho para alcançar essa participação era por meio da educação. Mas uma educação que fizesse das pessoas seres conscientes de sua realidade, e a partir dessa consciência, que adquirissem condições materiais para agir na sociedade. A capacidade de “ser” e “estar” no mundo, no sentido mais direcionado possível, fazendo com que por meio da educação, homens e mulheres pudessem se integrar a esta nova sociedade que estava em trânsito, construindo a própria sociedade e construindo também suas condições de existência, historicamente e socialmente. Pois é

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas. (FREIRE, 1967, p. 43)

Nesse sentido, é a partir destas condições que seria possível a participação popular na política, uma vez que essa participação não fazia parte da estrutura da sociedade colonial. A “herança” dessa colonialidade é que é responsável também por tantos índices e marcadores de desigualdade social no Brasil. Uma dessas relações estabelecidas desde a colonização e que perdurou no padrão da sociedade brasileira foram as elites. E que segundo Freire (1967, p. 46) não tinha “nenhuma vinculação dialogal entre estas elites e estas massas, para quem ter tarefa corresponderia somente seguir e obedecer.”. Assim, estar consciente e integrado à sociedade é um processo que aconteceria por meio da educação popular. Através dos métodos estabelecidos, partindo de uma educação do povo e para o povo.

Esta participação indica o que Freire chamou de “*tomada de consciência*”, mas que não significava necessariamente a conscientização de fato. Querer participar da sociedade e de tomadas de decisão foi o início do processo de conscientização. Serão abordados três conceitos para a compreensão do processo de “tomada de consciência”.

1º conceito: intransitividade da consciência. Nesta dimensão da consciência, pode-se dizer que os interesses dos homens estão ligados mais a questões da manutenção de sua própria vida, no sentido biológico. Não há uma percepção mais ampla, em que lhe é condicionado a historicidade, sua percepção de estar inserido numa sociedade em que há relações de poder. Dessa forma, segundo Freire (1967, p. 58), esta forma de consciência representa um quase compromisso entre o homem e sua existência.

Quando o homem começa a ter noção e sua percepção vai aumentando, no que se refere a observar as dinâmicas sociais da qual ele está inserido, é que aparece o 2º conceito: transitividade ingênua. Segundo Freire (1967, p. 59), se caracteriza, entre outros aspectos, pela simplicidade na interpretação dos problemas. A superação desta forma de consciência ocorre por meio do 3º conceito: transitividade crítica. A transitividade crítica pode ser alcançada por meio de uma educação pautada no diálogo, se tratava de compreender a causalidade dos problemas sociais, se voltando para a responsabilidade social e política (FREIRE, 1967, p.60)

Nesse sentido, podemos observar que os níveis de consciência muito tinham a ver com as estruturas da sociedade e que, com a ruptura de uma sociedade “fechada” (colonial), segundo Freire, surgiram novas necessidades em sua grande maioria demandas vindas da camada popular brasileira. Dessa forma, só a educação em si não era um meio para que houvesse a mudança das realidades. É necessário que haja, por meio da educação, um movimento que conscientize os homens para que através disto, haja uma integração do homem na sociedade.

Partindo da relação entre a educação popular e os movimentos sociais, podemos dizer que a educação popular pode ser considerada uma das dimensões dos movimentos sociais, como parte constitutiva do processo político dos indivíduos que estão envolvidos nas diversas formas de luta por direitos sociais e políticos.

Nesse sentido, enquanto dimensão do processo político, a educação popular está ligada diretamente a um fazer pedagógico que é embasado pelo viés político de conscientização e conhecimento da realidade social, e que tem como um de seus desdobramentos despertar nos indivíduos a constatação de quais situações de opressão se vivem numa sociedade que está no sistema capitalista. Dessa forma, as ferramentas e as metodologias estabelecidas por educadores progressistas na educação popular, vão culminar num trabalho onde a prática pedagógica estará sempre permeada pela realidade social de seu público alvo, utilizando o próprio contexto social dos estudantes para só assim partir para a prática dos conteúdos estabelecidos para aquele segmento educacional.

É nesse sentido que, segundo Paulo Freire (1989, p. 15) observa-se que

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, como já salientei, uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa. Neste sentido é que todo partido político é sempre educador e, como tal, sua proposta política vai ganhando carne ou não na relação entre os atos de denunciar e de anunciar. Mas é neste sentido também que, tanto no caso do processo educativo quanto no do ato político, uma das questões fundamentais seja a clareza em torno de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, fazemos a educação e de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, desenvolvemos a atividade política.

É preciso salientar que mesmo o intuito da educação popular e da prática educativa progressista terem como uma das finalidades a compreensão da sociedade e situações de opressão, é necessário que a educação seja sempre embasada pelo conhecimento de mundo de seus estudantes. Essa é uma ideia muito forte em Paulo Freire e pode-se dizer que é um dos pontos mais importantes: deve-se sempre partir do conhecimento do aluno, pois temos de respeitar os níveis de compreensão que os educandos - não importa quem sejam - estão tendo de sua própria realidade. Impor a eles a nossa compreensão em nome de sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos de liberdade. (FREIRE, 1989, p. 17)

Então, mesmo orientados pelas metodologias da educação popular, há ressalvas que estes educadores devem ter e se atentar, para não fazer da educação popular um instrumento de autoritarismo e também de esvaziar o sentido atribuído a ela, reduzindo as práticas progressistas ao mero sistema educacional das classes dominantes.

Outra prática que orienta a educação popular é a ferramenta da dialogicidade. É através da prática educativa pautada no diálogo que a educação pode alcançar seus objetivos e estabelecer um ambiente pedagógico que seja propício para partir da leitura de mundo dos estudantes. Nesse sentido, o diálogo é capaz de promover uma melhora significativa do processo de aprendizagem e nessa perspectiva, o ato de aprender ocorre de uma forma coletiva e levando em consideração os saberes de todos os que estão envolvidos no processo de aprendizagem, fazendo com que haja uma relação horizontal, rompendo com a ideia da educação bancária, onde o professor deposita os saberes acumulados aos estudantes. Dessa forma, podemos ver a ideia de Paulo Freire de que o indivíduo não está só no mundo, e que as interações estabelecidas entre eles provocam relações sociais, e é através dessas relações que se compreendem as dinâmicas inclusive políticas.

Então, essa prática dialógica favorece o conhecimento da realidade dos estudantes, e além disso, traz o conhecimento das relações entre os indivíduos e o mundo, levando em consideração a intersubjetividade das pessoas. Para além da educação dialógica, a ação dialógica é que faz com que haja uma mobilização para as transformações sociais. E segundo Freire, citado por Galli (2015, p. 69):

o diálogo é um fenômeno humano, cuja essência é a palavra. A palavra em si é constituída de dois pontos: ação e reflexão e, necessariamente, precisa conter estas duas dimensões para assim se tornar práxis. Com isso, a palavra tem a possibilidade de transformar o mundo. Ou seja, o diálogo que é constituído da palavra, que é constituído de ação e reflexão, transforma o mundo.

É por meio do diálogo também que é possível perceber os "níveis de consciência" (GALLI, 2015) que as pessoas têm sobre a realidade. Sendo assim, a libertação também vem por meio deste diálogo crítico com os oprimidos. Dessa forma, quando o oprimido entra nessa dimensão da prática pedagógica libertária,

A consciência do oprimido, que aprende com o trabalho pedagógico da educação do opressor a pensar como ele e a legitimar a ordem de mundo que ele impõe, aprende a pensar por si própria. Aprende a desvelar a mentira do saber imposto, quando aprende a fazer a prática política cujo horizonte é a sua liberdade. É a construção progressiva, mas irreversível, de uma sociedade conquistada pelo povo, e, então, reconduzida ao diálogo. (BRANDÃO, 1985, p. 64)

Percebe-se que a prática popular é capaz de despertar nos estudantes essa consciência política, por meio do trabalho coletivo entre educador e educando, pautado sempre pela realidade do estudante. Dessa forma, conhecer a realidade social que está inserido faz com que, aos poucos, as pessoas consigam perceber as situações de opressões que antes não eram tão visíveis assim. Como um dos pressupostos da educação popular é ser uma educação do povo e para o povo, segundo Brandão (1985, p. 65)

Daí surge a própria **ideia de conscientização**, tão nuclear em Paulo Freire. Ela é um processo de transformação do modo de pensar. É o resultado nunca terminado do trabalho coletivo, através da prática política humanamente refletida, da produção pessoal de uma nova lógica e de uma nova compreensão de Mundo: crítica, criativa e comprometida. O homem que se conscientiza é aquele que aprende a pensar do ponto de vista da prática de classe que reflete, aos poucos, o trabalho de desvendamento simbólico da opressão e o trabalho político de luta pela sua superação.

4 PERSPECTIVA DO PROFESSOR ATUANTE NA EDUCAÇÃO POPULAR E A CONTRIBUIÇÃO PARA EJA.

Tendo sido feita a discussão sobre os *sentidos* e *metodologias*, tanto da educação de jovens e adultos ofertada pelo Estado, quanto a educação de adultos na educação popular, levanta-se outro ponto importante para a discussão: qual a contribuição dos educadores na educação popular, no que se refere à própria prática pedagógica, que pode auxiliar o professor da EJA na sua dinâmica de sala de aula?

Como mencionado anteriormente, para Freire, a educação é um ato político. Nesse sentido, o fazer pedagógico, assim como a epistemologia freireana, não vai de encontro ao que entendemos hoje como o ensino tradicional: uma sala de aula organizada em formato de filas, com aulas em sua maioria expositivas, o professor fala-aluno recebe e é só. O primeiro ponto a se notar diferença é que o ambiente de aprendizado, é chamado de círculo de cultura na perspectiva freireana. O professor, é chamado de animador cultural. O momento pedagógico parte exatamente da realidade dos alunos: levanta-se o universo vocabular do educando, selecionando palavras que são sua própria realidade. É importante lembrar que o contexto do estudante é o ponto de partida para o aprendizado, o educador não deve ficar estagnado apenas nesse conhecimento trazido pelos estudantes, é a partir desse conhecimento que se busca o processo pedagógico. Estuda-se as sílabas da palavra, a partir das sílabas, pede-se que forme outras palavras, mas não de forma autoritária, o animador cultural e os estudantes estão juntos numa relação horizontal de aprendizado. O educador na educação popular, é um mediador dos conhecimentos trazidos, ele não é um detentor dos saberes, muito menos uma figura autoritária. É por isso que se deve distinguir a prática escolar tradicional da qual já conhecemos, da prática pedagógica na educação popular. Apesar de ambas serem para o público de jovens e adultos que não cursaram o ensino na idade regular, as metodologias e os próprios princípios pedagógicos são distintos.

A crítica que Paulo Freire (1992, p. 62) faz em sua obra “pedagogia da esperança”, acerca do sentido da prática pedagógica tradicional, ou bancária, é que a educação não deve ser uma mera transmissora de conteúdo. Então, este autor menciona que, numa perspectiva progressista de educação,

ensinar implica, pois, que os educandos, em certo sentido, “penetrando” o discurso do professor, se apropriem da significação profunda do conteúdo sendo ensinado. O ato de ensinar, vivido pelo professor ou professora, vai desdobrando-se, da parte dos educandos, no ato de estes conhecerem o ensinado. Por sua vez, o(a) professor(a) só ensina em termos verdadeiros na medida em que conhece o conteúdo que ensina, quer

dizer, na medida em que se apropria dele, em que o apreende. Neste caso, ao ensinar, o professor ou a professora re-conhece o objeto já conhecido. Em outras palavras, refaz a sua cognoscitividade na cognoscitividade dos educandos. Ensinar é assim a forma que toma o ato de conhecimento que o(a) professor(a) necessariamente faz na busca de saber o que ensina para provocar nos alunos seu ato de conhecimento também. Por isso ensinar é um ato criador, um ato crítico e não mecânico.

Nessa perspectiva, podemos observar que o “conteúdo” a ser passado aos estudantes, tem que ter uma intencionalidade, no sentido de não transmitir conteúdos e temas apenas por transmitir. O ato pedagógico tem de fazer sentido dentro do universo daqueles estudantes. É por isso que o educador da educação popular tem que se atentar, para não acabar reproduzindo práticas autoritárias em sala de aula. E segundo Freire (1992, p. 56) o conteúdo, por ser objeto cognoscível a ser reconhecido pelo educador ou educadora enquanto o ensina ao educando ou educanda que, por sua vez, só o aprende se o apreende, não pode, por isto mesmo, ser puramente transferido do educador ao educando.

Outro ponto a se observar é que, a prática pedagógica está mais ligada a como ocorre essa troca de conhecimento do que quais metodologias serão utilizadas no processo. A metodologia utilizada na educação popular, por exemplo, é partir das ferramentas e conhecimentos dos quais seus estudantes dispõem, é partir deste conhecimento de mundo, dessa leitura de mundo, para conseguir ir adiante no processo pedagógico. Dessa forma, Freire (1992, p. 56) reitera que

O educador ou a educadora crítica, exigente, coerente, no exercício de sua reflexão sobre a prática educativa ou no exercício da própria prática, sempre a entende em sua totalidade. Não centra a prática educativa, por exemplo, nem no educando, nem no educador, nem no conteúdo, nem nos métodos, mas a compreende nas relações de seus vários componentes, no uso coerente por parte do educador ou da educadora dos materiais, dos métodos, das técnicas.

E é a partir dessa organização do currículo, organização dos conteúdos que nos interessa refletir sobre quem esta educação está “servindo”. Se é uma educação para o povo ou para as classes dominantes. Como observamos anteriormente, na discussão sobre os sentidos da EJA e da educação popular no plano político, nota-se que a educação (e os outros setores da sociedade) se organizam e se orientam conforme a organização estatal vigente. Isso explica como o movimento desencadeado por Freire no final da década de 1950 ganhou força com um governo que era populista, mas que logo adiante foi barrado por um golpe militar que ocorreu entre as décadas de 1960 até metade da década de 1980. Segundo Freire (1992, p. 56)

O problema fundamental, de natureza política e tocado por tintas ideológicas, é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que estará o seu ensino, contra quem,

a favor de que, contra que. Qual o papel que cabe aos educandos na organização programática dos conteúdos; qual o papel, em níveis diferentes, daqueles e daquelas que, nas bases, cozinheiras, zeladores, vigias, se acham envolvidos na prática educativa da escola; qual o papel das famílias, das organizações sociais, da comunidade local?

Conhecendo este contexto educacional, o educador, como alternativa ao que é estabelecido pelo Estado, e conforme orienta Freire (1992), deve lutar por meios de tornar a escola um ambiente mais democrático, lutar por este currículo, pela seleção dos conteúdos. Uma luta que deve englobar a participação da comunidade, também. O autor reitera ainda que os educadores e educadoras não devem esperar um momento adequado para agirem e lutarem, não devemos esperar condições propícias, nem que a sociedade mude por ela mesma, nem que o Estado, ou as outras esferas (municípios e estados) se organizem democraticamente. Esse processo de luta não deve ser feito de uma forma ingênua, deve se procurar unir às *“táticas e estratégias”* que, segundo Freire (1992, p. 64)

A questão, em última análise, que se põe às lideranças é saber, através da leitura crítica a ser sempre feita da realidade, que ações e em que níveis, podem taticamente ser postas em prática. Em outras palavras, o que pode ser feito agora para que se faça amanhã o que hoje não pode ser feito.

Dessa forma, é através destas práticas que um educador progressista pode agir. Buscando observar a esfera social em conflito, e por meio disso articular as estratégias que podem dar força aos movimentos populares e suas demandas.

É interessante observar nesse ponto da pesquisa que mesmo se referindo apenas ao papel do educador na educação popular, nota-se que a todo momento questões políticas estão permeando toda prática pedagógica. Em todos os processos: seja na relação do educador com os educandos, seja na seleção do que se vai ensinar, seja na organização das aulas. O educador a todo momento está rodeado de questões políticas, em seus menores e maiores detalhes. Nas palavras de Freire (1992, p. 67-68)

Não vejo como a educação popular, não importa onde e quando, pudesse ter prescindido ou possa prescindir do esforço crítico a envolver educadores e educadoras, de um lado, e educandos, de outro, na busca da razão de ser dos fatos. Em outras palavras, centrando-se a educação popular na produção cooperativa, na atividade sindical, na mobilização e na organização da comunidade para a assunção por ela da educação de seus filhos e filhas através das escolas comunitárias, sem que isto deva significar um estímulo ao Estado para que não cumpra um de seus deveres, o de oferecer educação ao povo, a que se junte a defesa da saúde, na alfabetização e na pós-alfabetização, qualquer que seja a hipótese, não é possível descartar o processo gnosiológico. O processo de conhecer faz parte da natureza mesma da educação de que a prática chamada educação popular não pode fazer exceção. Numa perspectiva progressista, a educação popular não pode, por outro lado, reduzir-se ao puro

treinamento técnico de que grupos de trabalhadores realmente precisam. Esta é a maneira necessariamente estreita de formar, que à classe dominante interessa, a que reproduz a classe trabalhadora como tal. Na perspectiva progressista, naturalmente, a formação técnica é também uma prioridade, mas, a seu lado, há outra prioridade que não pode ser posta à margem.

Podemos concluir que a educação popular é uma educação dos movimentos populares, e não só seu público, como todos os agentes participantes do processo pedagógico, estão em posição de equidade. Além de todas as orientações que cabem aos educadores da educação popular, a ideia de dialogicidade tão central em Paulo Freire cabe à toda organização dos processos pedagógicos, sejam eles escolares, sejam eles em espaços dos movimentos populares. Um dos grandes objetivos da educação popular, se podemos dizer assim, é fazer com que os oprimidos possam conhecer a sociedade em que vivem, e além disso, conhecer os próprios mecanismos de opressão em que estão vivendo.

Essa “leitura de mundo” é o que favorece as pessoas a compreenderem porque estão em situações de vulnerabilidade social, porque umas pessoas têm muito, enquanto outras não tem nada. Faz aparecer essa face do Estado que “dá com uma mão e tira com a outra”, pois se a educação de adultos é a “consequência” de um problema social tão grande quanto a desigualdade no Brasil, porque não estamos todos tão indignados e lutando?

O que acontece aqui é que as pessoas ainda não estão num nível de consciência tão fundamental na pedagogia freireana. Os indivíduos encontram-se no nível de consciência da transividade ingênua, e tendem a ter uma interpretação superficial da dinâmica social. Por meio da interação do educador e do educando, é que se pode chegar a um nível mais amplo de consciência: a transividade crítica.

Nesse sentido, o educador tem um papel primordial no processo pedagógico na perspectiva freireana, mas ele não é o central neste processo. Isso deve ocorrer de uma forma horizontal, entre educadores e educandos. Uma educação pautada pela dialogicidade e a leitura crítica de mundo, pois só assim é possível alcançar o nível de consciência política.

O papel do educador na educação popular também é extremamente importante no que se refere à articulação e mobilização pela luta dos movimentos populares. A educação popular, enquanto uma demanda dos movimentos sociais, é representada pelas vozes de educadores com compromisso e capacidade para lutarem por uma educação que busque romper com as desigualdades enfrentadas pela população brasileira.

Dessa maneira, foram elencados alguns pontos relevantes para se discutir quem é o educador na educação popular, e o que ele pode contribuir para um professor da educação de

jovens e adultos. Percebe-se que o educador tem um compromisso tanto com a metodologia de ensinar, quanto com um compromisso social. Além de estar na interação e no processo de aprendizagem, o educador progressista articula meios de mobilização e organização social. Paulo Freire nos adverte que o educador precisa estar atento à sua prática pedagógica, para não cair em meios autoritários de ensinar e não acabar reproduzindo ideias elitistas.

O educador da educação popular, tem metodologias e ferramentas para lutar e trabalhar pela coletividade. Essa é uma ideia bastante importante, pois por meio dessa organização coletiva, é que podem haver mobilizações por empregos melhores, por escolas melhores, organizações em sindicatos trabalhistas, a camada popular participando das eleições como candidatos. Ou seja, a finalidade educativa não tem uma finalidade em si mesma. Ela é parte de um processo muito maior, de se entender as dinâmicas e mazelas do Estado numa sociedade capitalista, de compreender onde está o Brasil num país que é governado pelas elites, de compreender “de onde vim”, além disso, conforme Freire disse, partindo do “aqui”, é que pode se compreender o “lá”. Então busca-se compreender o indivíduo oprimido em todas as esferas, no regional, nacional, internacional, e a partir daí é que há um entendimento melhor e consciente do nosso lugar no mundo.

5 ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS E A MOBILIZAÇÃO DE EDUCADORES.

Ao analisar os “benefícios” de uma educação de adultos, na dimensão popular, a pergunta que fica é: por que este debate não se torna uma pauta novamente para a educação de jovens e adultos no âmbito escolar? Por que não se discute a efetividade da metodologia da educação popular e tenta-se implementar esta prática pedagógica à EJA ofertada pelo Estado?

Como já foi mencionado nesta pesquisa, observa-se que quando as ideias populares estão tomando um rumo para se institucionalizarem em âmbito estatal (tome como exemplo novamente a experiência de Freire em Angicos), há um passo contrário geralmente esquematizado pelo próprio Estado. Quando se fala em jogo político e um Estado capitalista, há certos “limites” da participação popular. Um dos principais limites, do qual chamo aqui, reserva-se à educação. Ora, se é por meio desta educação conscientizadora que os sujeitos saem do “campo” de massa para povo, a quem convém barrar essas iniciativas?

Nos deparamos com os interesses das classes dominantes que orientam toda nossa sociedade, desde a organização do Estado, até a própria ideologia. Por este motivo também que se encontram na própria camada popular, pessoas que são contra os ideários progressistas, pois assim lhe foi inculcido a ideologia dominante e hoje um dos maiores desserviços que existem conhecidos como fake news. Primeiro implantam a ideologia da classe dominante, os fazem acreditar piamente nisso e o alienam. É uma engrenagem do sistema que produz alienados. Nesse contexto, pode-se dizer que o nível de consciência política aqui, usando termos freireanos, é a “transitividade ingênua”.

Analisando o Estado brasileiro, a descontinuidade de políticas educacionais e os regimes de governo das últimas décadas faz com que haja uma compreensão melhor da educação e da educação inserida num sistema capitalista, que é desigual por excelência. Mas analisar o Estado brasileiro hoje não basta para compreender as razões dos indicadores de desigualdade mencionados neste trabalho.

Antes mesmo da própria ideia de país, o que houve no território brasileiro foi o começo do processo do que delimitamos aqui como “os indicadores de desigualdade social”. Primeiro com a tomada de terras e recursos indígenas, depois uma violenta escravidão. Depois deste período, com a libertação dos escravos, milhares de mulheres e homens pretos estavam “livres”. Livres entre aspas pois não tinham trabalho, do que prover sustento, moradia. Toda essa problemática é que causou a grande aglomeração de pessoas à margem dos centros urbanos.

Uma das bases do que hoje é estruturalmente a fundamentação da sociedade brasileira: o racismo.¹

É nesse sentido que a minoria branca funcionava neste período, na área urbana e na área rural: efeitos de um mesmo processo que atingia as pessoas destas duas áreas. No centro urbano e no meio rural posteriormente, como figuras “bondosas” a quem as camadas populares lhe deviam gratidão. Essa ideia se parece muito hoje com o discurso neoliberal de que se deve agradecer o emprego que têm, pois, milhares de pessoas queriam estar empregadas também. Mas qual o “custo” disso?

Com o processo da educação pública é que esses diferentes públicos das camadas populares, de centros urbanos e zonas rurais, encontravam-se fora da escola no período regular. Resumidamente, é assim que se forma o público da educação de jovens e adultos: pessoas que historicamente estavam e estão inseridas em contextos de desigualdade social que vêm de séculos atrás desde a colonização e a escravidão.

Após fazer este resgate histórico, podemos constatar que a educação de jovens e adultos sofre por descontinuidades até neste período mais contemporâneo. Apesar dos diferentes contextos históricos e décadas abordados nessa pesquisa, ainda é uma demanda lutar por uma educação de jovens e adultos que seja de fato efetiva. Os grandes ataques que a educação vem sofrendo em todas as suas modalidades, já é um sinal claro da necessidade de mobilização e luta para uma educação pública e de qualidade para todos.

É de se assustar os constantes cortes e congelamentos que a área da educação tem passado nos últimos anos. As grandes ondas de fake news e até mesmo censura nas escolas. Todas essas mazelas estão se incorporando na sociedade brasileira com a crescente onda neoliberal do governo atual.

Dessa forma, com as constantes ameaças à educação e ao povo brasileiro, é urgente que haja um movimento de mobilização gigantesco, pois a cada dia estamos perdendo direitos básicos como a educação.

O comprometimento nesta mobilização há de ser principalmente popular e progressista tendo como uma de suas finalidades alcançar a transitividade crítica, visando uma compreensão da realidade social.

¹ O recorte étnico racial não foi o objeto central da discussão desta pesquisa, porém nota-se a extrema importância deste tema no desenrolar dos aspectos que foram estudados aqui como os “indicadores” de desigualdade social.

Então de que forma podemos nos organizar, com meios libertários, para esta mobilização? Há de se assumir o que Romão (2011, p. 76-77) chama de “pedagogia da indignação”. Segundo o autor, o problema do Brasil “não está ligado à falta de recursos nem à falta de competência pedagógica, suas raízes estão na falta de vontade política, cuja construção depende de intervenções aguerridas da categoria”.

É nesse sentido que educadores populares devem se indignar. Se o Estado conta com recursos, por que então não há uma boa distribuição entre os setores da sociedade? É assumindo essa indignação que o próximo passo abordado por Romão (2011, p. 78), consiste em mobilizar-se e organizar-se enquanto categoria. Porém, ressalta o autor que

os objetivos não podem se limitar às reivindicações corporativas. Estas devem estar articuladas a projetos de expansão quantitativa e qualitativa da educação básica, pois sua legitimidade só se constrói no interior de um projeto pedagógico comprometido com a transformação social, no sentido dos interesses da maioria da população.

Este autor adverte ainda que esta prática só tem eficácia quando se fala em coletividade. Daí a importância de mobilizar-se em conjunto, todas e todos da categoria. Outro ponto relevante é a “dimensão política na relação com o aluno”. (ROMÃO, 2011, p. 79). Já discutimos, no limite desta pesquisa, o ato pedagógico numa perspectiva freireana. Nesse sentido, o “politizar o ato pedagógico” (ROMÃO, 2011, p. 80) é estabelecer os planos de curso, partindo do aluno, de seu contexto, suas necessidades. Porém, o ato pedagógico não deve se bastar nesse ponto de partida. Segundo Romão (2011, p. 81) “a politização do ato pedagógico tem relação íntima com a questão da recuperação da funcionalidade do saber escolar, isto é, a recaptura da instrumentalidade do que é desenvolvido na sala de aula para o projeto de vida do aluno”. Segundo Romão, a partir deste compromisso dos educadores, é possível realizar grandes mudanças na educação brasileira. O comprometimento com as camadas populares, articulação de estratégias baseadas na leitura da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar algumas dinâmicas que envolvem os sujeitos da educação de jovens e adultos na sociedade, possibilitou a discussão sobre quais meios da educação popular podem se fazer presente na prática pedagógica da EJA enquanto modalidade da educação oferecida pelo Estado.

Essa discussão permitiu problematizar pontos de descontinuidades no que se refere às próprias políticas públicas para este segmento, além de evidenciar um certo “descaso” por parte do Estado, tendo em vista que este público possui demandas especiais, que necessitam de uma intervenção pedagógica e um ambiente pedagógico no todo que atenda à essas questões.

Nesse sentido, fez-se necessário compreender alguns aspectos da própria história da educação de jovens e adultos no Brasil. Compreender como é a ação do Estado e quais são as consequências destas descontinuidades de políticas públicas.

A educação popular, enquanto dimensão dos movimentos populares, é um movimento de resistência. Nesse sentido, ao fazer o levantamento e leitura da literatura empírica existente, através de artigos e monografias, observa-se que na região centro oeste, mais especificamente no Distrito Federal e no entorno, há algumas práticas de educação popular. Estas práticas estão tanto em ambientes formais quanto informais de educação. A dialogicidade se faz presente nas práticas pedagógicas destes educadores, tanto quanto o respeito à cultura que já vêm com os educandos, suas visões e conhecimentos de mundo. Dessa forma, respondendo à questão norteadora desta pesquisa: as práticas pedagógicas da educação popular se fazem presente, sim. Num momento tão sombrio em que o Brasil e a educação se encontram, as práticas populares são uma forma de resistência contra um sistema que quer fazer da educação um mero órgão que produz mão de obra para o trabalho.

É importante abordar que estes princípios pedagógicos se dão principalmente pela intencionalidade de educadores em trazer essa dinâmica para sala de aula. Então conforme mais pessoas conhecem e estudam a metodologia da pedagogia freiriana, mais isso reflete no campo educacional. No Brasil, há grandes grupos de estudos sobre Freire e seus princípios metodológicos. Dessa forma, é interessante notar que estes meios conscientizadores da educação popular estão envolvidos também pela intenção de educadores abordarem essa metodologia com seus educandos.

Partindo dessa linha de análise, poderão se desdobrar estudos sobre estas práticas pedagógicas no sentido de uma pesquisa de campo, analisar como estão sendo feitas estas intervenções de cunho libertário nos ambientes formais de educação, analisar o contexto

político brasileiro e quais as implicações desta educação popular neste espaço de embate e interesses políticos. Outra proposta pedagógica que pode ser feita é uma intervenção, relacionando os níveis de consciência política propostos na educação popular e como eles podem ser trabalhados em sala de aula.

Cresse que o educador não deve ser apenas um instrumento que passa conhecimento a outras pessoas. O educador pode propiciar um ambiente pedagógico que acolha toda a bagagem de mundo dos educandos, não como foco do processo de aprendizagem, mas sim como um mediador entre esses saberes. A luta por uma educação de qualidade deve ser real, pensada e articulada, elaborada através do movimento e da estratégia. Nesse sentido, o educador deve lutar dentro da categoria de professor para que se alcance mudanças de fato efetivas no campo da educação. E essa luta pode ser feita em sala de aula, utilizando alguns dos princípios da educação popular que estão e foram tão presentes nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

Afro, L. L., Melo, F. S. de, & Flores, T. M. D. (2015). **Movimentos Sociais E Educação De Jovens E Adultos: Alguns Apontamentos Históricos**. Encontro Internacional De Formação De Professores E Fórum Permanente De Inovação Educacional, 8(8). Recuperado de <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/1633>

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. Disponível em:<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4211/2/FPF_PTPF_01_0864.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que É Método Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo (1967). **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GALLI, Ernesto Ferreira. **O diálogo em Paulo Freire: Uma análise a partir da Pedagogia do Oprimido e da Pedagogia da Esperança**. São Carlos: UFSCar, 2015.

LIMA, Antônia Flávia Cabral da Silva. **A EJA e os princípios da educação popular: demandas históricas e políticas para a consolidação de uma educação pautada para a cidadania**. 2018. 55 f. Monografia (Especialização), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2018.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: IBEPEX, 2006.

REZENDE, Roberto Márcio Gomes de. **A educação de jovens e adultos e os movimentos sociais: alguns apontamentos**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.22, n.2, p.105-124, mai./ago.2013

ROMÃO, José Eustáquio e RODRIGUES, Verone Lane. **Paulo Freire e a educação de jovens e adultos: teorias e práticas**. São Paulo: IPF; Brasília: Liber Livro, 2011.